

cR

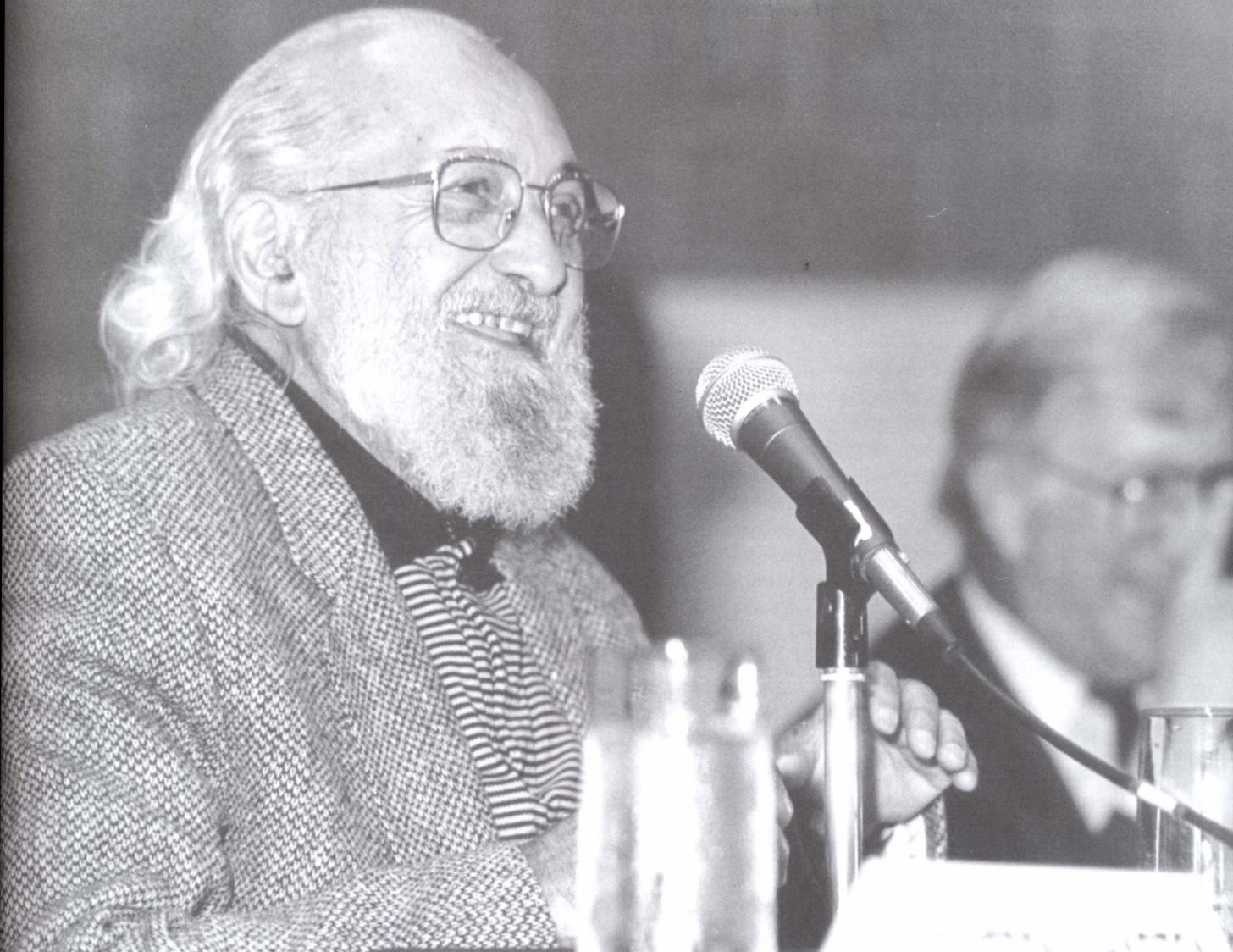
Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire



Paulo Freire (1921-1997): A pedagogia do oprimido em perspectiva

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*

* Diretor da FASE e Coordenador Geral do Projeto de Acompanhamento do PRONINC

Há dez anos atrás perdemos o grande educador Paulo Freire que, ao longo de sua vida, desenvolveu um amplo leque de reflexões e atividades engajadas para transformar o contexto educacional classista e bancarizado do capitalismo tardio. O impulso da ampliação da democracia esteve articulado em sua práxis político-educativa, combinando o engajamento ao lado das classes populares com a reflexão sobre a função da Escola e o papel da educação na transformação social. Desta forma, tivemos um desenvolvimento teórico e prático no período da democracia populista com "a educação como prática de liberdade", que articulou as dinâmicas do saber popular e a palavra geradora na luta pela alfabetização no impulso das reformas estruturais e da ampliação do direito de voto.

No período da ditadura militar, com o retrocesso autoritário e diante das novas formas de dependência e internacionalização do capital, Paulo Freire ampliou a sua visão crítica recobrando a totalidade social, definiu uma concepção pedagógica com o ponto de vista dos sujeitos sociais que emergem das classes populares. A "pedagogia do oprimido" se afirma como uma concepção de mundo, orientação política para fazer frente ao quadro espoliativo e classista das formas de dominação¹. O resultado imprevisto do exílio forçado pelo golpe militar foi o de uma recepção e difusão do trabalho do grande educador. O que contribuiu para universalizar a sua perspectiva e o seu acolhimento na América Latina, na Ásia e na África. A difusão do seu pensamento e do impacto de sua atuação direta em projetos e políticas foi significativa para a formação de uma nova intelectualidade coletiva comprometida, orgânica em relação às novas lutas dos setores e classes oprimidas nas mais diferentes sociedades, inclusive nas do capitalismo avançado.

A força inovadora do enfoque de Paulo Freire pela força de seu humanismo radical se fez sentir, até mesmo, nos

contextos do socialismo burocrático de Estado. Por isso, falar de emancipação e libertação nacional (de descolonização e de democratização), na perspectiva da educação voltada para as classes populares, se tornava sinônimo de um conjunto de práticas que tinham a marca do seu pensamento.²

Na construção de uma visão de mundo, orientadora de práticas políticas voltadas para a educação emancipadora necessária para a transformação social, Paulo Freire, antecipa e, posteriormente, dialoga numa chave própria com as várias dimensões da subjetividade e da cultura. Sua concepção político educativa, centrada na perspectiva das classes populares e nos diferentes contextos de construção das sociedades nacionais, foi fortalecida pelo diálogo derivado da recepção e impacto de grandes pensadores contemporâneos, como Antonio Gramsci³ e Mikhail Bakhtin⁴, nos temas da língua, da cultura, da escola e da construção da hegemonia.

A pedagogia da autonomia articula a dimensão dialógica comunicativa na prática educativa que orienta e define

¹ "Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se 'apropriam' dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles" In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. ed. 15. Rio de Janeiro, 1970. p.85.

² "Esta nova humanidade, para si e para os outros, não pode deixar de definir um novo humanismo. Nos objetivos e nos métodos de luta está prefigurado esse novo humanismo. In: FANÓN, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p.205.

³ "O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social." In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.40

⁴ "O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social". In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. ed. 12. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. p. 118.

uma abordagem radical na implicação recíproca, pela igualdade na diferença como fundamento da nova relação educador / educando. Nos termos das Teses de Feuerbach, de K.Marx, Paulo Freire contribui para o avanço da reflexão filosófica nos termos da "teoria da alienação", como reforço da perspectiva da "filosofia da práxis", como dialética aberta pelos sujeitos da educação. Os sujeitos historicamente situados envolvidos na dialética do concreto, podem doravante aspirar a superação das desigualdades afirmando seu direito ao saber e à participação no poder. Paulo Freire aposta na via da educação socializadora da experiência coletiva e da competência crítica de todos e todas, de cada um e de cada uma, de forma a romper com as ideologias conservadoras, e com as abordagens dogmáticas e fetichistas da cultura e das ciências oficiais, instituídas pelo Estado burocratizado e pelo Capital.

Na articulação da crítica às situações de dominação dentro e fora da Escola, na articulação dos saberes e da potência transformadora na consciência emancipatória pela constituição de sujeitos do conhecimento, Paulo Freire mantém viva e supera dialeticamente a herança iluminista. O seu pensamento é formulado na direção da crítica ao processo de aprendizagem e construção do individualismo. O ethos do sujeito racional competitivo se apóia nas leituras do tipo construtivista e ou positivista. Por isso, Paulo Freire assume o pensar sobre a complexidade e os dilemas do processo educativo como questão política na qual as dificuldades e desafios são estruturas de poder e produção ideológica que bloqueiam a construção de novos possíveis. Paulo Freire vai muito além do populismo, está bem distante do estruturalismo, já que, como um utópico realista, sua reflexão se articula referenciada aos conflitos que bloqueiam o potencial inerente aos sujeitos humanos, destacando a necessidade de ampliação do domínio crítico como experiência de construção de autonomia, de descoberta do poder de criação que advem do instigamento ao desejo de saber como potência imanente aos sujeitos.

No conjunto de sua obra, o pensador e educador contribuiu para a construção de um conceito de projeto político, cuja dimensão educativa é a chave na disputa da hegemonia. A direção intelectual e moral da vida social é vista como mediada pela centralidade da cultura e orientada pelo sistema de valores concretizados no terreno ético, concretizado em instituições, práticas, idéias e saberes que no plano da totalidade social remete ao papel dos movimentos autônomos e processos educativos, dentro e fora da institucionalidade, no guarda-chuva conceitual da chamada "educação popular".

A educação como processo apoiado na luta dos sujeitos tem papel chave na capacidade de apropriação da leitura crítica, condição indispensável para desnaturalizar o

poder dos diversos monopólios econômicos, políticos e culturais, com destaque para a superação das suas formas e modos de fabricação do individualismo, do egoísmo, do elitismo e da guerra de todos contra todos, que anulam a esfera do crescimento da autonomia individual e do reconhecimento e valorização dos seus laços de pertencimento social.

A democratização brasileira e a cultura cívico-democrática no Brasil, desde a transição democrática, devem muito ao esforço de Paulo Freire e do enorme coletivo de educadoras e educadores que, como intelectuais orgânicos, fortalecem as raízes para repensarmos os contextos de bloqueio da universalização do acesso a políticas, a fundos e a espaços públicos por parte das grandes majorias. A transformação das práticas nas escolas e a crítica ao método e aos padrões curriculares descontextualizados e desconectados dos conflitos reais e dos desafios do conhecimento são pontos fortes de sua influência direta, como homem público e gestor da educação na maior cidade brasileira. Nos caminhos de transformação da nossa formação histórica, na passagem do rural ao urbano, nas aspirações da descolonização da política, da cultura e dos saberes, Paulo Freire consegue situar as aspirações da resistência e do impulso que anima nossa luta pela democratização radical.

Na escola, nos sindicatos, nos movimentos sociais, ajudou a formar quadros e lideranças capazes de manter viva a visão da educação crítica como abordagem metodológica, que serve de referência para uma aplicação criativa e uma apropriação plural pelos atores sociais em vários recortes do "mundo da vida" e dos aparelhos sistêmicos/institucionais. O movimento pela participação popular na Constituição e a luta pelo direito à cidade devem muito ao seu esforço de mobilização das aspirações coletivas. Por isso, quando estamos na véspera de fazer o balanço das nossas frustrações e avanços na luta pelos direitos sociais inscritos na Carta Magna (no artigo 6), após quase vinte anos da promulgação da Constituição (1988-2008), a partir de Paulo Freire podemos, com a elaboração crítica, pensar nos passos políticos e educativos que nos separam de um avanço substantivo para a efetivação de direitos.

Hoje, precisamos pensar a crise da política atual como um obstáculo para a mudança, enquanto efeito de uma lógica cultural de esvaziamento e deseducação política. A contra-reforma no plano dos valores neoliberais se traduz na política como mercado. A reestruturação capitalista marcada pela lógica financeirizadora (da moeda autonomizada) é reforçada pelo espetáculo imagético (cultura como mercadoria), impondo a imagem ideológica da repetição sem diferença e sem transformação, do presente naturalizado na imobilidade da profusão de signos e objetos que enfraquecem o potencial emancipatório.

A educação crítica como pedagogia da emancipação dos oprimidos é uma das forças propulsoras da construção de

uma nova **Paidéia** para o século XXI. A formação política e cultural para a participação nos processos de decisão da polis é um aspecto decisivo da luta pela educação na sua relação com um projeto de efetivação de direitos, em que a própria educação deve ser percebida como um direito dos sujeitos na dinâmica de construção da cidadania.

O resgate do potencial transformador dos direitos inscritos na constituição exige que o poder constituinte da cidadania permaneça vivo, de modo a garantir a dimensão pública e democrática que deve orientar a ação do Estado e condicionar as opções dos três poderes. A formação político-cultural, orientada pelo enfoque mobilizador dos direitos, depende da identificação e superação dos desafios dos contextos restritivos. Uma teoria crítica do capitalismo tardio passa pela análise crítica e sua difusão como formas de saber, a partir das experiências de resistência face às modificações qualitativas do capitalismo e da sociedade global, com seus processos culturais intensivos e mercantilizados (na forma da desdiferenciação entre economia e política no capitalismo tardio/pós-moderno de que fala Fredric Jameson).

No momento em que os efeitos da globalização desencadeiam cenários de risco, desmedida e guerra, a retomada de lutas emancipatórias é essencial. Os debates nos encontros do Fórum Social Mundial sinalizam a necessidade de unificar as subjetividades coletivas, construindo pontes que unifiquem plataformas de solidariedade entre movimentos, a partir de múltiplas identidades e temas. Paulo Freire reaparece na formulação de Boaventura de Sousa Santos⁵ da construção de uma "Universidade" que rearticule saberes sistemáticos com as experiências localizadas de resistência para a produção de alternativas: as formas mestiças, os hibridismos e modos de reconstrução das condições dialógicas entre diferentes culturas. A mobilização educativa-comunicativa contra-hegemônica se coloca na escala dos problemas definidos pelas constelações de processos transnacionais, econômicos, sociais e culturais, que partem das dinâmicas e conflitos do cenário plural de lutas, recortado a partir dos diferentes localismos na relação com a produção conflitual dos modos de produção das globalizações.

A nova atividade de formação de homens e mulheres para a cidadania se articula no eixo do direito a ter direitos, na retomada de um projeto de unificação da diversidade para a realização de um ideal produtivo e reprodutivo de justiça e cooperação, de igual-liberdade conforme aos grandes impulsos revolucionários e reformadores da modernidade, hoje fragmentada e cindida, nos contextos da pós-modernidade com seus simulacros, suas desigualdades, sua desmedida e seus riscos sistêmicos ampliados.

As lições de Paulo Freire permitem o resgate da ética emancipatória por parte dos cidadãos dentro dos vários recortes e modos de subjetivação coletiva, no plano vertical dos fluxos e no plano horizontal das redes sociais de

resistência coletiva, no plano do Estado e seus aparelhos, no plano dos aparelhos de hegemonia e, de forma mais viva, no espaço urbano. O conflito e o cruzamento das lutas sociais, a partir das grandes multidões do novo cognariado, do velho proletariado e da multidão precarizada são base de uma unidade na diversidade dos saberes e das práticas, que devem ser mobilizados numa operação de educação popular coletiva para orientar uma macro-política de direitos e de uma revolução cultural nos modos de vida que ultrapasse o fetichismo e a violência cotidiana. Uma retomada da consciência crítica, uma nova práxis como recriação histórica de processos de construção ativa de direitos, com base na autonomia, sugere um resgate mais amplo da concepção educativa e da construção de projetos e experiências, cujo caráter localizado e liminar, face ao sistema de poder, já pode ganhar os contornos de reflexão alternativa mais ampla de caráter público e universal.

A reconstrução de redes sociais de mobilização de trabalhadores, de desempregados, de jovens, de mulheres, com seus vários recortes étnicos e geracionais depende de uma ativação político-educativa, intensiva na produção e na crítica dos modos de informação, de formação e de comunicação para ativar potencialidades com capacidade de incidência e transformação de contextos e relações de força desiguais. A pedagogia do oprimido ganha corpo como método educativo da construção das resistências e da alternativa na disputa hegemônica, o que supõe uma retomada do plano político-educativo e dos valores democráticos rompendo desigualdades e segregações derivadas dos fluxos temporais abstratos da riqueza financeirizada e especulativa da lógica da acumulação ilimitada de capital.

Na contemporaneidade do terceiro estágio do processo, a mundialização das lutas resulta dos conflitos gerados pela resistência ao fluxo temporal da riqueza abstrata. Mas este fluxo se concretiza no plano das lutas pelo espaço, na dinâmica de construção e luta pelo poder nos territórios, como no espaço urbano hoje degradado e fragmentado. A localização ainda é central para o desenvolvimento desigual que degrada os modos de existência e mercantiliza a reprodução social, privatizando o comum e o público como última fronteira da economia, na sua articulação com a produção cultural como fonte de mais-valia social. A questão educacional se torna objeto de luta global na qual não existe mais separação entre a forma e o conteúdo, entre a estrutura e a subordinação, a cultura se torna economia da mercadoria e a economia se torna ideologia do consumo. Na atualidade, os projetos educativos se tornam, imediatamente, condição de reforço da gestão do capital. A

⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

escola se torna objeto de interesse para sua conformação como mercado de competição na produção dos serviços que viraram mercadorias. A reprodução social se torna a expressão da circulação material e virtual da desmedida que segrega e produz as exclusões e a marginalização, face às condições de mobilidade e acesso das classes subalternas. É no atravessamento do espaço pelas redes verticais de poder material e simbólico do capitalismo global que corpos e mentes sofrem a desmedida da hipermodernidade tardia.

Por isso, é no mundo da vida, estruturados no espaço como cotidianidade, que os contextos de produção e reprodução, que a reapropriação e a redefinição do projeto político educativo, no sentido de Paulo Freire, podem dar uma contribuição imediata. O espaço escolar e os espaços horizontais de associação devem ser os primeiros objetos de uma política que vise barrar a guerra nos territórios e a imposição de padrões homogêneos de reprodução social da vida orientada pela força da "*lex mercatoria*". Como podemos impedir a reprodução permanente dessa combinação de marginalização histórica, precarização e prisões de miséria que impulsiona a versão periférica da economia e da cultura da violência? Como impedir a naturalização construída da morte da política, do fim da história, no quadro do novo constitucionalismo de exceção, próprios a esse terceiro estágio da mundialização capitalista, próprios ao contexto de produção e reprodução da nossa apartação social e étnica, apoiada nos modos de segregação e discriminação cultural e espacial?

A construção do direito à cidade apoiado na capacidade de criação e mobilização ativas dos moradores, como comunidade e sujeitos de dignidade e de direitos, é o único referencial para a construção e de uma cultura de paz. Sem um avanço ético concreto para mais igualdade e mais liberdade, a pós-modernidade perversa constrói sua lógica de guerra civil permanente e difusa. A democracia e a república dependem desse reconhecimento ético-político do direito à mudança, onde a força da legitimidade não pode residir na desmedida e na destruição permanente da razão emancipatória. Os cenários de confronto se ampliam como barbárie do sistema, ali onde a prioridade do poder do capital se opõe à razão da proteção do direito como fonte de legitimidade e garantia de bem-estar.

Como seria pensar o cumprimento do artigo 6 da Constituição de 1988 em políticas públicas apoiadas na mobilização democrática e produtiva de uma comunidade política que é chamada a definir e ampliar o seu direito à cidade⁶, a fortalecer suas redes e sua mobilidade horizontal e cooperativa com acesso à justiça, à renda, ao trabalho, à educação, como centro das ações que garantam a paz e a segurança? Os exércitos e forças de

ocupação que tornam a questão social caso de polícia e criam o regime de exceção prolongada só fazem ampliar o caldo de cultura e de economia do medo e do terror, estados de emergência permanente, apoiados na morbidez e na corrupção de valores e dos bens públicos. A centralidade do direito à educação e do direito de ir e vir de crianças e jovens, do direito à cultura, ao lazer e à educação, depende da revalorização ativa do espaço educativo. A escola pública se torna um fator chave para condicionar os modos de ação e os modelos operacionais das polícias, um vetor de estabelecimento de regras legítimas e de poderes não-coativos, capazes de romper com o círculo vicioso e a lei de bronze que banaliza a violência. Essa afirmação material e simbólica do lugar da educação, como espaço, como tempo, como direito e como política exige que se amplie uma cultura de mobilização e resistência que rompa com a tolerância face às armas, que abra espaços de resgate, espaços de reparação, espaços de promoção, espaços de esperança e construção de novos possíveis⁷. Ali, onde Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire se encontram, ali onde os educadores e os educandos podem se articular nas grandes exigências de um projeto político e de uma práxis localizada, ali onde o tempo da mudança tem seu ritmo dado pelo avanço da consciência coletiva e a República se faz valer nas comunidades, cuja voz é ouvida e amplificada como prática de liberdade e conquista de igualdade.

⁶ Para uma definição do direito à apropriação do espaço e da dinâmica urbana como parte de um projeto político de novo humanismo, cuja perspectiva de revolução cultural se aproxima da síntese e 'da ação cultural e comunicativa' de Paulo Freire, vide LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

⁷ "Em tais condições, a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas, passando por mediações cada vez mais delicadas: passam dos conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis." In: KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.134.